

Brasil, América Latina, avestruzes e a atração de investimentos para o setor petróleo após a Covid-19

Análise do posicionamento da indústria de petróleo latino-americana diante da crise causada pela pandemia e as mudanças estruturais do sistema regulatório brasileiro que devem ser discutidas para quando da normalização das atividades

Publicado em 25 Maio, 2020

A crise dos preços do petróleo causada em parte pela pandemia da COVID-19 tem efeitos drásticos nos fluxos de entrada de investimentos nos países da América-Latina ricos em recursos naturais não renováveis.

O preço do barril de petróleo teve uma queda de aproximadamente 60% de janeiro até maio de 2020, incluindo a experiência de preço negativo da corrente americana – *West Texas Intermediate* (WTI) em 20 de abril. Segundo a Agência Internacional de Energia, é esperada uma redução de pelo menos 18 milhões de barris diários (mbd) na demanda de petróleo por causa da pandemia, um equivalente a 20% da demanda global. De um patamar de aproximadamente 60 dólares por barril (\$/b), o preço aproximado é de ~ 20 \$ / b, níveis que não são vistos desde o final do século XX.

Entretanto, nem só as leis de oferta e demanda explicam o desbalanceamento do mercado internacional. Questões geopolíticas relevantes e delicadas deixaram o mercado extremamente volátil a partir de uma guerra por *market-share* travada por Arábia Saudita e Rússia, no âmbito da OPEP+ desde março de 2020. Para não cansar o leitor não trago aqui esta discussão já batida e rebatida em inúmeros fóruns e de conhecidas consequências.

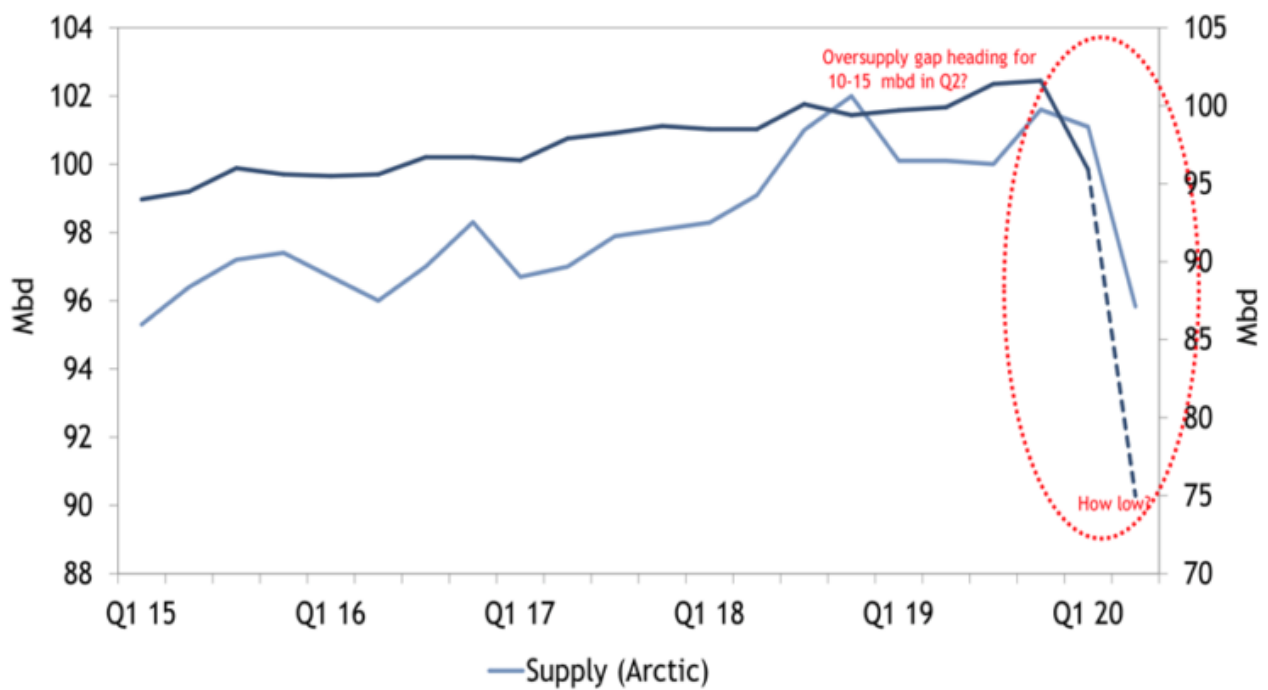
Para além da geopolítica, disciplina filha das questões do pós II guerra mundial, ressalta-se sua derivada, a petropolítica, disciplina filha dos embates constantes sobre o energético mais disputado do século XX.

Por petropolítica se entende o conjunto contemporâneo da geopolítica que conjuga dois tipos de problemas: por um lado a abundância de hidrocarbonetos que gera relações assimétricas entre os países e coaduna com a aparição de relações de hegemonia e subordinação entre os Estados, devido à dependência de importadores em relação aos exportadores; e de exportadores em relação às receitas petrolíferas; por outro lado, a receita recebida pelo governo de um Petroestado pode ser utilizada para exercer pressão sobre outros governos e manipular grupos de oposição em outros países.

Assim, esse pequeno artigo tratará da discussão do posicionamento da indústria de hidrocarbonetos latino-americano *vis à vis* esta crise de múltiplas crises causada pela pandemia da Covid-19, eleita como marco histórico para o fim do século XX. Vale mencionar que história contemporânea não se finda junto com os tempos cronológicos, e sim, com a experiência humana[1], e dessa forma, esse vírus, dissolvível em água e sabão, conota o fim do século de maior desenvolvimento tecnológico.

Figura 1: Oferta e demanda mundial de petróleo

Global demand and supply of oil



Fonte: Artic, 2020

Considerações para a América Latina

Na América-Latina, os recursos fiscais provenientes dos recursos naturais não renováveis representam uma porção significativa dos ingressos fiscais totais. É de se esperar que esta crise traga fortes impactos nos níveis de investimentos e gastos de capital, em especial no setor de hidrocarbonetos.

Em média, o setor extrativo (entre eles o setor petróleo) representa mais de 25% dos bens exportados pela região.

Para países produtores como Venezuela, Colômbia e Trinidad e Tobago, esses números representam 98%, 60% e 57%, respectivamente. Mesmo em economias mais diversificadas, como México e Brasil, os hidrocarbonetos representam mais de 7% do total de exportações de mercadorias (BID, 2020).

Figura 2: Preços de petróleo de 1986 até agora

Prices: Oil (1986 – Today)



Fonte: BID, 2020

Por outro lado, alguns países da América Central e do Caribe são importadores líquidos de combustíveis para transporte e geração de eletricidade (embora cada vez menos), o que os expõe particularmente à volatilidade dos preços registrados no mercado de petróleo internacional. Nos países do Caribe, a dependência é especialmente aguda, como é o caso da República Dominicana, Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica ou Trinidad e Tobago, onde as importações de combustíveis nos últimos cinco anos atingiram em média mais de 20% de seu total de bens importados (BID, 2020).

Na América Latina três variáveis críticas contribuem para o entendimento da vulnerabilidade dos países: a dependência das receitas do petróleo, as perspectivas fiscais e o impacto dos preços baixos em investimentos futuros.

Os países mais vulneráveis são aqueles mais dependentes das receitas petrolíferas. Em outras palavras: países que são exportadores líquidos de petróleo e onde essas receitas representam uma grande proporção do total de exportações, PIB e receitas fiscais. Em ordem de dependência do petróleo são a Venezuela, que produziu perto de 750 mil barris por dia (bpd) em 2019; Equador (500 mil bpd); e Colômbia (800 mil bpd). O Brasil (2,8 milhões de bpd) e o México (1,7 milhão de bpd), de longe os maiores produtores da região, não são exportadores líquidos significativos (quando comparados com suas produções totais). De fato, o Brasil consome boa parte do que produz e as exportações líquidas do México são relativamente pequenas, dado o tamanho de sua economia.

De acordo com a consultoria especializada Welligence (2020), cerca de 9% da produção de petróleo da América Latina não cobre o custo operacional a um preço de US\$ 35 por barril, e mais da metade não cobre a US\$ 20 por barril. Ainda segundo dados da mesma consultoria, projetos *greenfield* estimam que cerca de 800 mil bpd de produção não desenvolvida devem ser adiados na região. Os países mais impactados devem ser Brasil, Colômbia e Argentina. Assim, embora o Brasil esteja relativamente em boa forma para lidar com a crise do petróleo (em boa medida devido à recuperação financeira a que sua estatal Petrobras vem passando nos últimos anos) pode ter consequências significativas a longo prazo no investimento e na produção.

Alguns destaques às economias do entorno estratégico brasileiro:

Argentina: segundo Francisco Monaldi, da Rice University, o *play* de Vaca Muerta pode não estar morto ainda, mas é como um zumbi agora. O risco político associado à proximidade das eleições no país deixou o nível de instabilidade alto. A Argentina estava preparada para fixar os preços locais do petróleo em US\$ 45 o barril, quase 30% a mais do que os preços do petróleo Brent, em uma tentativa de reacender uma das grandes esperanças do governo de recuperação econômica do país – seu gigantesco campo de shale Vaca Muerta.

“Fixar o preço do petróleo local em US\$ 45 é improvável que atraia investimentos significativos”, dado o atual ambiente de cortes maciços de gastos por empresas internacionais. “Já houve um tremendo colapso na atividade de perfuração (em Vaca Muerta)”, acrescentou Monaldi.

Venezuela: o país está de longe na pior forma entre os países do entorno brasileiro, com uma dívida impagável de quase US\$ 150 bilhões. As características físico-químicas do óleo venezuelano fazem com que ele tenha um valor muito baixo nessa época de preços deprimidos no mercado internacional, isso quando encontra comprador. A situação humanitária e fiscal do país é dramática, e a crise de saúde afeta sobremaneira o setor de hidrocarbonetos. Segundo analistas especializados em economia venezuelana, há poucas chances de se recuperar a PDVSA e seu patrimônio no médio e longo prazos.

Colômbia: o país mais afetado pelos baixos preços do petróleo em termos de produção existente é a Colômbia, que possui muitos campos de alto custo operacional (complexas operações de selva). Como resultado, cerca de 25% da produção colombiana pode se tornar antieconômica. O impacto da crise atual de saúde é de aproximadamente 100 mil barris por dia a menos de produção no país. O fechamento de instalações e poços também é considerável.

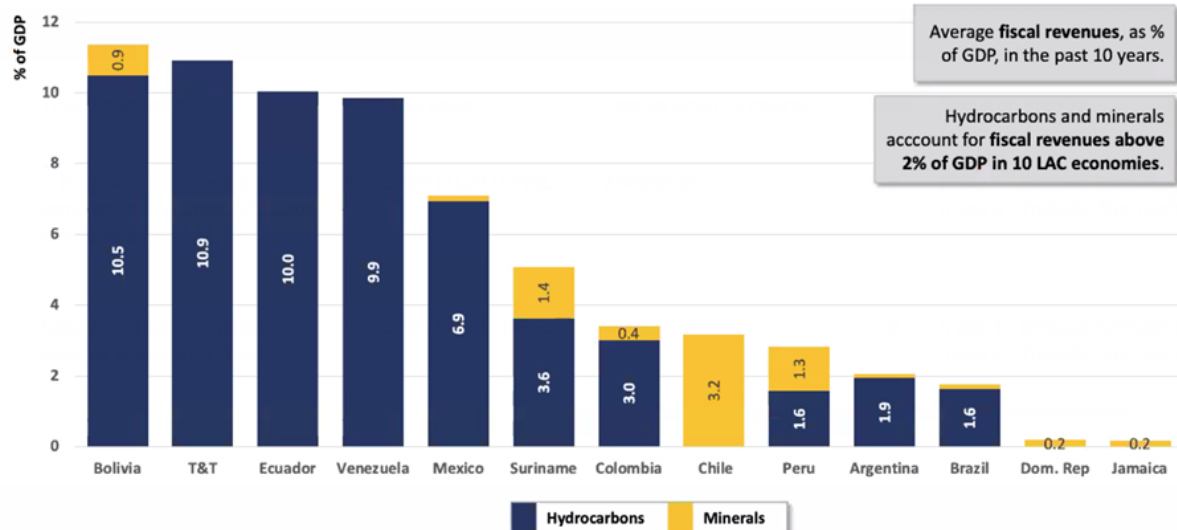
México: o México começou com o que parecia ser uma posição fiscal sólida, mas tem a empresa petrolífera nacional mais endividada da região, a Pemex, que perdeu US\$ 18 bilhões em 2019. As agências de classificação rebaixaram recentemente a dívida da Pemex para o status de lixo eletrônico. Tão paradoxalmente, embora o México não seja dependente de petróleo, sua empresa nacional de petróleo está arrastando o governo para baixo. A Pemex, altamente tributada e endividada, está em uma situação frágil, especialmente se o presidente Andrés Manuel Lopez Obrador mantiver a atual política de controle estatal e fechamento do mercado de energia.

No México, mais de 13% da produção está custando mais para produzir do que seu valor de mercado.

Figura 3: Receitas fiscais dos países

Vale destacar, no esteio dessa discussão latino americana, e que tem sido pouco comentada, que a pandemia da Covid-19 coincide com a eleição do país mais influente das relações internacionais atuais, o que tem uma importância basilar quando se pensa na possibilidade de uma nova dinâmica que um novo governo nos Estados Unidos pode ter. Ao ter-se uma das maiores potências político-militares-econômicas do mundo com uma linha política de maior previsibilidade e racionalidade no âmbito das relações externas e humanitárias, além de todas as questões de cooperação, traria ao mundo contornos de políticas externas completamente diferentes.

Channel I: Fiscal Revenues



Fonte: IDB, 2020

Política externa brasileira

Dentre os atores analisados, resta ao Brasil uma posição mais sólida no mercado petrolífero no momento. Mesmo com toda instabilidade política, social, econômica e de saúde pública que o país atravessa, as instituições seguem firmes em suas funções e há santidade nos contratos firmados tanto em âmbito público quanto privado.

Após o rebaixamento do risco Brasil por agências de investimentos internacional em maio de 2020, colocando o país em uma posição ainda mais vulnerável em relação à atração de capital externo, aliado a política apelidada de “aliança de avestruzes”[2] à qual o Presidente Brasileiro se associou, resta, mais do que nunca, o exercício de readequações dos regramentos regulatórios, das reformas institucionais necessárias e da redução do fatídico risco Brasil, que nos associa ao atraso e à ineficiência.

O desbaste político dentro dessa crise de crises leva a reflexões de que em épocas de baixos investimentos no setor parece adequado o movimento de ordenar o regramento e o sistema regulatório para quando da normalização das atividades. Com isso, parece interessante que sejam discutidos tópicos estruturais para além dos emergenciais, como a extinção do contrato de partilha, a revisão dos valores de bônus de assinatura e dos valores de excedentes em óleo, assim como os valores dos ressarcimentos à Petrobras pelas áreas de pré-sal, a efetiva redução de royalties para campos maduros, assim como as obrigações contratuais de mínimos de conteúdo local.

[1] O historiador britânico Eric Hobsbawm por exemplo, coloca que o longo século 19 só terminou depois da Primeira Guerra Mundial [1914-1918].

[2] Apelido “Aliança do Avestruz” foi criado por Oliver Stuenkel, professor de relações internacionais da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, “uma referência ao mito de que o pássaro grande enterra a cabeça na areia quando enfrenta perigo” ao grupo de quatro líderes mundiais que ficam à parte enquanto

o resto do mundo toma medidas drásticas para acabar com a disseminação da pandemia” do coronavírus. Além de Bolsonaro, também fazem parte desse grupo Alexander Lukashenko, de Belarus, Gurbanguly Berdymukhamedov, do Turcomenistão, e Daniel Ortega, da Nicarágua.